



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

Silvana Daniela Ventura Teixeira

**Jovens “delinquentes” institucionalizados em Portugal: um estudo qualitativo das
suas histórias de vida**

Trabalho realizado sob orientação da Prof.^a Dr.^a Ana Rita Conde Dias

Fevereiro, 2017



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

Silvana Daniela Ventura Teixeira

**Jovens “delinquentes” institucionalizados em Portugal: um estudo qualitativo das
suas histórias de vida**

Dissertação de Mestrado em Psicologia da Justiça: Vítimas de crime

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona do Porto no dia
11/04/2017, perante o júri seguinte:

Presidente: Prof.^a Doutora Célia Isabel Lima Ferreira

Arguente: Prof.^a Doutora Andreia Moura (Prof.^a Auxiliar da Universidade Lusófona do
Porto)

Orientadora: Prof.^a Doutora Carla Margarida Vieira Antunes

Fevereiro, 2017

É autorizada a reprodução integral desta tese/dissertação apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

Agradecimentos

A presente dissertação é, não só, um produto que resulta do esforço individual, mas também do apoio e colaboração de um número considerável de pessoas.

Em primeiro lugar, quero agradecer à minha orientadora científica, Professora Doutora Ana Rita Conde Dias, por me guiar, por exigir cada vez melhor e por acreditar em mim ao longo de todo este processo. Obrigada pela paciência, pela motivação e pelo otimismo. Adicionalmente, quero agradecer à Professora Doutora Célia Ferreira, pelos ensinamentos e sobretudo, pela paciência e ajuda prestada em todos os seminários.

Em segundo lugar, quero agradecer aos meus pais e ao melhor irmão do mundo, pela oportunidade que me deram, pelo apoio que me prestam e por fazerem de mim a pessoa que sou. Obrigada pelo amor. Obrigada por me colocarem sempre em primeiro lugar nas vossas vidas. Obrigada por acreditarem em mim. E, sobretudo, obrigada por nunca desistirem de mim apesar das adversidades. Obrigada, devo-vos tudo.

Em terceiro lugar, quero agradecer às minhas colegas e amigas de curso, Vanessa Rocha, Clara Moreira e Ana Lages pela amizade e pela partilha de sentimentos, frustrações e motivações, acreditem que esta experiência não seria tão serena sem o vosso apoio, sem dúvida que formamos uma boa equipa e é com certeza que digo que nunca vos esquecerei. Que nos encontremos novamente.

Por último, quero agradecer a todos os meus amigos/as, assim como ao meu namorado pela paciência, pela alegria, enfim, por tornarem os meus dias menos bons em dias melhores e nunca me deixarem cair. Adoro-vos.

OBRIGADA. Estarão para sempre guardados no meu coração.

Resumo

Não existe uma definição consensual na literatura para o termo “delinquência juvenil”. Na tentativa de explicação deste fenómeno encontra-se na literatura, teorias intra-individuais, da aprendizagem social, sócio-estruturais e desenvolvimentais. Verifica-se a predominância de estudos focados na prevalência e na identificação de factores de risco ou de preditores da delinquência, sendo escassos os estudos que procuram compreender o fenómeno desde o ponto de vista de quem o vivencia, de carácter qualitativo. Assim, surge este estudo no sentido de colmatar esta lacuna, através da análise da história de vida de 9 jovens, do sexo masculino, institucionalizados num Centro Educativo em Portugal. Para aceder aos participantes recorreu-se ao pedido de autorização para recolha de dados no Centro Educativo à DGRSP, onde posteriormente foi obtido o consentimento informado dos jovens e/ou dos seus representantes legais. As entrevistas foram realizadas e gravadas nas instalações do Centro Educativo, com uma duração média entre os 45 e os 120 minutos e transcritas na íntegra, de modo a salvaguardar-se a integridade dos relatos para posterior análise. Os resultados indicam que a família e o grupo de pares assume um papel central na vida dos jovens, apesar das experiências negativas (e.g.: maus-tratos, rejeição, abandono). Os jovens focam ainda a dificuldade e instabilidade decorrentes da institucionalização, assim como os remorsos associados ao cometimento dos comportamentos delinquentes. Salienta-se a influência negativa das experiências adversas no seu autoconceito e a valorização do ideal de família unida e afetuosa.

Palavra-chave: história de vida, trajetórias, jovens institucionalizados, comportamentos delinquentes, estudo qualitativo

Abstract

There is no consensual definition in the literature for the term "juvenile delinquency". In an attempt to explain this phenomenon is common find in the literature, intra-individuais, social learning, socio-structural and developmental theories. In addition to an "abundance" of quantitative studies comparing to the shortage of qualitative studies. Therefore, this study appears in order to bridge this gap, through analysis of speeches of 9 young, male, institutionalized in a Educational Center in Portugal. To access the participants we proceeded to the request for authorisation to collect data in the Education Center at DGRSP, where it was subsequently obtained the informed consent of young people and/or their legal representatives. The interviews were conducted and recorded on the premises of the Educational Center, with an average duration between 45 and 120 minutes and transcribed in full, in order to safeguard the integrity of the reports for further analysis. The results indicates that family and peer groups assumes a central role in their lifes, although the negative experiences (e.g.: mistreatment, rejection, abandonment). Moreover, young people also focus on the difficulty and instability arising from institutionalization, as well as the remorse associated with the practice of delinquent behaviors. Highlighting the negative influence of adverse experiences on their self-concept and the valorization of the ideal of united, protective and affectionate family.

Keywords: life history, life trajectories, institutionalized youth, delinquent behaviors, qualitative study

Índice

1. INTRODUÇÃO	7
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	8
2.1. <i>Definição e conceptualização da delinquência juvenil</i>	8
2.2. <i>Teorias intra-individuais</i>	8
2.3. <i>Teorias da aprendizagem social</i>	9
2.4. <i>Teorias do controlo social</i>	10
2.5. <i>Teorias sócio-estruturais</i>	11
2.6. <i>Teorias desenvolvimentais</i>	11
2.7. <i>Delinquência juvenil: como tem sido estudada</i>	12
2.8. <i>Incidência e prevalência</i>	13
3. OBJETIVOS E QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO	16
4. MÉTODO	17
4.1. <i>Participantes e estratégia de amostragem</i>	17
4.2. Tabela 1: Características dos participantes	17
4.3. <i>Instrumentos</i>	18
4.4. <i>Procedimentos</i>	18
4.5. <i>Metodologia de análise</i>	18
5. RESULTADOS	19
5.1. Tabela 2: Principais temas relatados pelos participantes	19
6. DISCUSSÃO	26
7. CONCLUSÃO	28
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32
9. ANEXOS	35

Lista de abreviaturas

DGRSP – Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

EI – Estímulo incondicionado

EC – Estímulo condicionado

RC – Resposta condicionada

ISRD – International Self-Report Delinquency Study

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

1. Introdução

A “delinquência juvenil” é um fenómeno que tem aumentando ao longo dos tempos, tornando-se alvo de crescente atenção das sociedades atuais, tal como afirma Monroy (1998): “O crescimento da delinquência juvenil, como uma violenta explosão do drama que vive o mundo atual, figura um dos problemas que mais preocupam os governos de hoje” (citado por Ortega, Lara & Arzuza, 2015, p.42).

Embora não exista uma definição consensual entre os investigadores relativamente à “delinquência juvenil”, facilmente esta se encontra descrita como a adoção/prática de comportamentos antissociais ou delinquentes. Na literatura podemos encontrar teorias explicativas deste fenómeno, ao nível individual, familiar, relacional e sócioestrutural, assim como, inúmeros estudos, maioritariamente quantitativos, que nos fornecem informação relativa à incidência, prevalência, fatores causais e moderadores decorrentes da “delinquência juvenil”. Verificando-se uma carência significativa de estudos qualitativos que penetrem na delinquência “oculta” Braga & Gonçalves (2013) e que contextualizem os comportamentos delinquentes e o seu valor “no que diz respeito à sua génese e aos seus fins” (Marques, 1995 citado por Laranjeira (2007, p.225).

Sendo na verificação desta carência de metodologia qualitativa que surge este estudo, tendo como objetivo explorar a trajetória de vida de 9 jovens institucionalizados num Centro Educativo, identificar os temas e experiências centrais na sua história de vida e compreender o significado atribuído a essas experiências e a influência que estas podem exercer quando se percecionam e se projetam no futuro.

2. Enquadramento teórico

2.1. Definição e conceptualização teórica da delinquência juvenil

A definição de “delinquência juvenil” não é consensual na literatura, sendo os termos delinquência e comportamento antissocial frequentemente utilizados como sinónimos.

O termo comportamento antissocial é mais abrangente, referindo-se a atos transgressivos ou a violações de normas ou de expectativas sociais que são considerados inapropriados porque causam danos nos outros e/ou à sociedade (Guimarães, 2012). O termo delinquência é uma designação jurídica, referindo-se à transgressão das leis e que implica uma consequência penal ou a intervenção judicial/institucional (Feijó & Assis, 2004; Shoemaker, 2000; Silva & Hutz, 2002, citados por Nardi & Dell’Aglio, 2010).

No entanto, apesar desta distinção, verifica-se que não há uma “operacionalização” comum entre os investigadores do termo “delinquência juvenil”, havendo autores que consideram apenas os comportamentos que constituem crime (Burfeind & Bartusch, 2011) e outros que integram todos os comportamentos e/ou violações às normas e expectativas (Kagan, 2004).

Porque a transgressão das normas e expectativas sociais podem incluir uma grande variabilidade de comportamentos que, não necessariamente, criminais, no presente estudo adoptar-se-á a definição mais restrita de Burfeind e Bartusch (2011): *Definition of juvenile delinquency as actions that violate the law, committed by a person who is under the legal age of majority*”.

Há na literatura várias teorias e modelos que procuram explicar o fenómeno da delinquência juvenil através das características individuais, familiares, sociais e desenvolvimentais.

2.2. Teorias Intra-individuais

Enfatizam as características biopsicofisiológicas e intrínsecas ao indivíduo na prática de crimes, tal como Gall (1758 – 1828) e Lombroso (1911) com o estudo do crânio e a criação de perfis de criminosos (seres primitivos e ferozes) que pelas suas anormalidades cerebrais e/ou físicas, eram como que excluídos da seleção natural de Darwin. Eysenck, em 1976, através da Teoria do comportamento antissocial e mais tarde, em 1981, com a Teoria da personalidade, identifica tipos de personalidade (introversão vs. extroversão, neuroticismo e, posteriormente, psicoticismo) que serviam como contentores

ou potenciadores da prática infracional (“um grau de neuroticismo extrovertido é mais difícil de controlar do que um grau de neuroticismo introvertido”) (citados por Collado & García, 2011).

Um estudo realizado por Lange (1929) e Christiansen (1968) neste âmbito mostrou valores significativamente mais elevados de criminalidade em gémeos monozigóticos em comparação com gémeos dizigóticos e Crowe (1974) verificou “um aumento significativo da criminalidade na juventude com mães biológicas criminosas” (*idem*).

2.3. Teorias da aprendizagem social

Procuram explicar a delinquência através dos processos de socialização e interação do indivíduo com o grupo de pares, Eysenck (1977;1983) expõe a forma como o condicionamento clássico pode surtir efeito na prevenção e/ou contenção dos comportamentos criminosos, através do emparelhamento (EI – EC= RC (e.g.; um jovem que tenha determinado comportamento disruptivo (EI – estímulo incondicionado) e for castigado por esse mesmo comportamento (EC – estímulo condicionado), começa a desenvolver a emoção medo ou ansiedade antes da prática desse comportamento (RC – resposta condicionada)) (citados por Collado & García, 2011).

Já Jeffery (1965;1977) e Borrill (1983) baseiam-se no condicionamento operante e salientam a forma como os reforços positivos (e.g.: dinheiro; aquisição de bens, ...) derivados da prática criminal, assim como o reconhecimento e a atenção prestada pelo grupo de referência, potenciam a conduta criminal (*idem*).

Enquanto Howe (1977), Belson (1978) e Bandura & Walters (1988) destacam o condicionamento vicariante, neste caso, o comportamento criminal é influenciado pela observação dos comportamentos vs. consequências, da/s figura/s de referência, isto é, se o modelo for recompensado e valorizado pela prática de determinado comportamento, o jovem tenderá a imitá-lo no sentido de obter a mesma recompensa/valorização. Inversamente, se o modelo é punido por esse mesmo comportamento, o jovem “tenderá a desvalorizar tanto o modelo como o comportamento” (*idem*).

Simultaneamente, Sutherland (1939) explica a prática de delinquência através da Teoria da Associação Diferencial que assenta nos seguintes princípios: **1)** o comportamento não é hereditário mas sim aprendido; **2)** o comportamento é adquirido por interação e comunicação; **3)** a aprendizagem acontece, sobretudo, dentro dos grupos de

pares e não tanto por influências externas (e.g.; filmes); **4)** a aprendizagem de um comportamento depende da motivação, impulsos, crenças e atitudes; **5)** a motivação e os impulsos dependem das concepções favoráveis vs. desfavoráveis ou inconsistentes à quebra dos códigos legais, das pessoas que rodeiam o indivíduo; **6)** o jovem torna-se delinvente por excesso de definições a favor sobre as de oposição à violação das leis; sendo assim, Sutherland constata que “a aprendizagem do comportamento criminoso não está limitada ao processo de imitação”, ao invés, acontece “mediante associação” (Ferro, 2008).

2.4. Teorias do Controlo Social

Salientam as relações familiares e a influência que essa vinculação exerce na gestão do autocontrolo dos jovens e, da consequente, identificação/ligação à sociedade. A Teoria dos vínculos sociais de Hirschi (1969) aponta para a necessidade da presença de 4 variáveis para a vinculação do sujeito à sociedade: **a)** afeição (à família, aos pares, aos professores, líderes religiosos, ...); **b)** compromisso (“componente racional da conformidade”, isto é, medo de quebrar as normas convencionais tidas como regras de comportamento e esperança de adquirir bens pelos meios convencionais; **c)** envolvimento (em atividades convencionais diminui o desejo e o tempo disponível para atividades delinquentes); **d)** crenças (medida em que acredita e adota as crenças sociais que proíbem a delinquência e que são reforçadas coletivamente), (citado por Guadalupe, 2012).

Posteriormente, a Teoria Geral do Crime de Gottfredson & Hirschi (1990) enfatiza a “importância do ambiente familiar e das práticas parentais” utilizadas “na promoção de autocontrolo dos seus filhos”, exercida através da dimensão afetiva (vínculos entre pais e filhos) e supervisão parental (imposição de regras e limites; punição adequada dos comportamentos desadequados), (citados por Gomes, 2013).

Na mesma linha, Nye em 1958, com a Teoria da Contenção procura explicar a delinquência através destes em 4 fatores: **1)** controlo interno (aprendizagem e interiorização das normas e valores sociais); **2)** controlo direto (aprendido no seio familiar através das recompensas/punições); **3)** controlo indireto (proximidade e afetos entre pais e filhos) e **4)** satisfação das necessidades de afeto, reconhecimento e segurança (citado por Silva, 2012).

2.5. Teorias Sócio-Estruturais

Focam as estruturas e organizações do contexto social tais como as tradições, as relações familiares, académicas e profissionais, a mobilidade populacional e a concentração residencial de grupos étnicos e classes sociais. Nesta linha, Merton (1970) através da Teoria da Anomia, afirma que, em 1º lugar, os objetivos de vida dos sujeitos são “culturalmente definidos”, em 2º lugar, existem as normas sociais que “definem, regulam e controlam” as formas admissíveis de atingir esses objetivos e, por último, os meios para concretizar esses objetivos e que se baseiam na igualdade de oportunidades. Contudo quando estas 3 variáveis convergem entre si o resultado é a desorganização do sujeito, a chamada anomia, que por sua vez potencia a prática criminal (citado por Oliven, 2009).

A Teoria das subculturas de Cohen (1955) sugere que na base da delinquência está a assunção dos valores sociais do grupo de referência como sendo os dominantes e a consequente adesão aos mesmos. Cloward & Ohlin (1960) propõem a evolução desta teoria através de 4 parâmetros: 1) alienação das normas estabelecidas pela sociedade; 2) grupo de suporte que o aceite e lhe dê transmita segurança e confiança; 3) combate dos sentimentos de culpabilidade através de estratégias de defesa (e.g.; reação); e, por último, 4) não encontrar barreiras à comunicação, o que para Cohen significa que “a aceitabilidade de uma ideia por um, dependeria da aceitabilidade pelos demais” (citados por Liberati, 2008).

2.6. Teorias desenvolvimentais

Tal como o nome indica, analisam a delinquência do ponto de vista desenvolvimental e focam a importância do contexto em que o sujeito está inserido nas diferentes fases da vida (infância, adolescência e vida adulta) no momento criminal. Moffit (1993) surge com a Taxonomia desenvolvimental e apresenta 2 tipos de delinquência: *adolescence limited* (origem na adolescência; maioria dos adolescentes; atos esporádicos, aplicados a poucos contextos e cessados na idade adulta) e a *life-course persistent* (origem nos primeiros anos de vida; cerca de 5 a 7% dos indivíduos; atos persistentes, aplicados a todos os contextos e prolongados na idade adulta). Na delinquência persistente ao longo da vida, Moffit, identifica alguns fatores de risco como consumo de substâncias pela progenitora, subnutrição, privação de afeto e escassa estimulação, enquanto nos casos

limitados à adolescência, destaca o desfasamento da maturidade, imitação dos pares ou a deterioração das relações familiares nesta fase (Moffit, 1993).

Farrington (2002) surge com a Teoria do Potencial Antissocial Cognitivo Integrado, que agrega diversas teorias, defendendo que o potencial antissocial que origina o comportamento antissocial depende de vários fatores combinados como a oportunidade, as vítimas e os processos cognitivos. O autor destaca 2 tipos de potencial antissocial: a longo-prazo (que junta as diferenças interindividuais com o insucesso académico e profissional, famílias destruídas, rendimentos baixos, contacto com a realidade criminal, impulsividade (...)) e a curto-prazo (a presença de oportunidades e agentes ativadores como o álcool, frustração e grupo de pares). Serão estes fatores de risco que associados com os processos cognitivos (e.g.: perceções custo-benefício) e oportunidade para, que conduzirão ao delito, que por sua vez, sofrem “as influências da aprendizagem ao nível das consequências, reforços, punições e etiquetagem (citado por Coelho, 2008).

2.7. Delinquência juvenil: como tem sido estudada

A delinquência juvenil, apesar de algumas mudanças nos últimos anos, tem sido estudada, fundamentalmente, através da metodologia quantitativa, quer a nível internacional, mas sobretudo a nível nacional. A metodologia quantitativa fica incompleta sem a metodologia qualitativa, considerando que a metodologia quantitativa é na sua essência, mensuração, quantificação, ..., e o significado atribuído às experiências delitivas não é passível de ser mensurado, estando na sua génese questões/situações diversas que diferem na forma como são vivenciadas por cada jovem em conflito com a lei.

Nas palavras de Estevam (2011, p.109) “esta população converte-se geralmente em alvo de falas alheias, ficando impossibilitada, porém, de manifestar a sua própria fala”. A existência de fatores de risco e a ação moderadora ou não dos fatores de proteção, por si só, não explica a ocorrência da delinquência, tornando-se essencial “entender o contexto em que esses fatores se manifestam” (Gallo & Williams, 2005, citados por Nardi & Dell’Aglia, 2010, p.74).

Assim, destaca-se a metodologia qualitativa, que contextualiza os comportamentos delinquentes e a significação atribuída. Dar voz a estes jovens torna-se, a cada dia, mais necessário, pois segundo Braga e Gonçalves (2013, p.97) “somente a partir

de uma caracterização abrangente dos indicadores de manifestações deste fenómeno é que podemos explicá-lo e intervir eficazmente na sua redução”.

Vários são os autores que fazem referência à delinquência “coberta”, ou seja, a delinquência oculta, aquela que não é denunciada/conhecida quer do sistema de justiça, quer dos órgãos de comunicação social, porém, através da metodologia qualitativa “tem sido possível estudar amostras normativas e penetrar na delinquência “oculta”” (Braga e Gonçalves, 2013, p.97).

2.8. Incidência e prevalência

A delinquência juvenil é uma problemática existente a nível mundial, com valores que diferem, mas que são igualmente preocupantes. Nesse sentido, Laranjeira (2007, p.226) refere que a “díade adolescência/delinquência constitui uma máscara de dupla face que, adaptada ao rosto do jovem, criou um indivíduo caracterizado por duas possibilidades interdependentes (...) o modelo de juventude inocente e o adolescente delinquente”.

No Brasil, Conanda (2006) fez em 2004, um levantamento de casos de delinquência e constatou que “existiam 39.578 adolescentes no sistema socioeducativo, o qual se refere ao conjunto de todas as medidas privativas de liberdade, as não privativas de liberdade e a internação provisória” (citada por Nardi & Dell’Aglío, 2010, p.70).

Nos Estados Unidos, o aumento da delinquência registou-se a partir dos anos 80, mantendo-se nesse sentido nos anos 90 (Assis & Souza, 1999; Shoemaker, 2000, em Nardi & Dell’Aglío, 2010). Entre 2004 – 2013, as estatísticas do Tribunal de Menores apontam para um decréscimo de quase todas as infrações, todavia as estatísticas correspondem apenas aos casos que, efetivamente chegaram aos tribunais (Juvenile Court Statistics, 2013).

A nível nacional, as estatísticas oficiais do RASI (2014) confirmam as flutuações da delinquência nos últimos 5 anos, especificamente, 2010 (3.880), 2011 (1.978), 2012 (2.035), 2013 (1.940), 2014 (2.393), verificando-se um pico em 2010, com decréscimo acentuado no ano seguinte. Todavia, no último ano regista-se uma subida 23,4%, mais 453 casos que no ano anterior, contudo, estes dados apenas refletem as ocorrências comunicadas à PSP e à GNR. Também as participações de atos ilícitos cometidos em ambiente escolar feitas ao “Programa Escola Segura” aumentaram, enquanto no ano letivo

2008/2009 se registaram 4763 participações, no ano letivo 2010/ 2011, o número cresceu para 5762 (Vieira, 2014).

O primeiro estudo nacional realizado no âmbito do *International Self-Report Delinquency Study* (ISRD) em 1994 por Gersão e Lisboa com 1000 jovens residentes em Portugal Continental de ambos os géneros (14 – 21 anos), revelou “uma prevalência total de delinquência de 57.2%” e no que toca às prevalências individuais “a condução sem habilitação legal assumiu sempre maior expressão (28.3%), seguida do vandalismo (16.1%) e da luta de grupo ou desordem pública (11.1%) ...”, “...sendo furto de carro (0.6%), venda de drogas “duras” (0.3%), roubo (0.3%) e o fogo posto (0.2%) menos comuns entre os jovens portugueses” (Braga e Gonçalves, 2013, p.97).

O estudo de Braga e Gonçalves (2013) com uma amostra de conveniência de 676 participantes, 495 do género feminino e 181 do género masculino, com idades compreendidas entre os 12 e os 24 anos, revelou que atos de agressividade verbal foram admitidos por 53.1% dos participantes, agressão física por 18.9% e comportamentos de violência por 3.7%. Verificando-se um decréscimo acentuado da prevalência à medida que a gravidade dos atos aumenta, como é o caso do roubo e a violação/abuso sexual que não ultrapassou os 0.5%.

Grande parte dos estudos realizados neste âmbito são quantitativos, salientando, sobretudo, os comportamentos e as características sociodemográficas e não os jovens, que são os únicos que podem explicar as dinâmicas envolventes e os significados atribuídos à delinquência por eles próprios. As diferentes agências tentam espelhar a delinquência juvenil através das estatísticas oficiais, das ocorrências relatadas às autoridades, das medidas socioeducativas aplicadas ou dos casos remetidos aos tribunais.

Enquanto os estudos qualitativos, mais escassos (principalmente em Portugal) procuram contextualizar os comportamentos delinquentes e tentam analisar a significação atribuída às experiências delinquentes, do ponto de vista dos jovens, através de entrevistas individuais ou questionários de autorrelato, por exemplo, onde as questões são de índole mais intimista. Daí, os números da delinquência nestes estudos poderem ser mais elevados em comparação com os quantitativos, porque se obtém, inclusive, informação sobre a delinquência “encoberta” ou não denunciada.

Um estudo misto de Estevam (2011, p.128) onde participaram 208 adolescentes brasileiros do sexo masculino, 104 institucionalizados e 104 não institucionalizados, com idades compreendidas entre os 12-18 anos, revelou que não existe uma faixa etária

específica para o cometimento de atos infracionais, ao invés, revela-se uma consequência da violência que “surge como fenómeno inscrito nas experiências de vida e presentes no quotidiano da escola”, estando presente nos seus discursos a vontade de “mudar de vida”, “estudar e trabalhar” e “ajudar/formar família” como forma de obter aquilo de que consideram ter sido privados ou excluídos.

Em Portugal, o estudo de Duarte (2012) sobre a delinquência feminina, através da análise de 27 processos e 19 entrevistas individuais de jovens internadas em Centro Educativo a executar medidas não institucionais sob acompanhamento das Equipas Tutelares Educativas da área da Grande Lisboa, e posteriormente, o estudo de Carvalho e Duarte (2013) com crianças e jovens, sobre os riscos, violências e delinquências em Portugal, permitiu conhecer os sentidos e significados atribuídos às experiências transgressivas nos diferentes contextos interativos, através da análise intensiva dos discursos, as experiências e os significados presentes nas entrevistas que circundam em volta de “histórias de abandonos e privações várias, vivenciadas em idades precoces” (Duarte, 2012, p.4).

Muitos são os estudos, de vários autores que procuraram identificar preditores e fatores risco associados à delinquência (sobretudo relacionados com a família e a comunidade, mas também com a “personalidade”), assim como a ação moderadora ou não dos fatores de proteção.

Ao nível dos fatores de risco, Arpini (2003) destaca a ausência ou défice nos vínculos sociais e/ou familiares, tal como Antoni & Koller (2000) que mencionam a ausência de comunicação, violência doméstica e na comunidade e a falta de suporte familiar e social. Pinho et al. (2006) e Shoemaker (2000) falam-nos das características pessoais, como a falta de empatia e fraco controlo emocional, assim como Paludo & Koller (2005) que dão ênfase às características individuais (e.g.: género, carência de habilidades sociais, traços da personalidade) e às características do meio ambiente (e.g.: práticas parentais desadequadas), enquanto Patterson, DeBaryshe & Ramsey (1989) indicam a ausência de apoio social e situações de vida stressantes (citados por Nardi & Dell’Aglia, 2010 e Estevam, 2011).

No que toca aos fatores de proteção, também estes se centram na família, na comunidade e nos indivíduos. Masten & Garmezy (1994) citados por Estevam (2001) ao nível das características pessoais identificam a autonomia, autoestima e inteligência; ao nível familiar destacam a coesão familiar (e.g.: ausência de conflitos e negligência e

existência de afeto positivo) e ao nível da comunidade, realçam os recursos institucionais (e.g.: escola; igreja) e o suporte social. Tal como Silva & Rossetti-Ferreira (2002) que no seu estudo nos falam do suporte social na família e na comunidade em que os jovens estão integrados e a criação de oportunidades de desenvolvimento de habilidades pró-sociais.

Já Assis e colaboradores (2006) citados por Costa e Assis (2006) destacam a resiliência (capacidade de um indivíduo ou grupo de indivíduos, mesmo num ambiente desfavorável, construir-se ou reconstruir-se positivamente, frente às adversidades (Barlach, 2005)), da mesma forma que num estudo realizado por Pesce, Assis & Oliveira (2004) “a capacidade de resiliência teve associação com fatores de proteção como a supervisão familiar, bom relacionamento com outras pessoas, elevada autoestima e apoio social” (Nardi & Dell’Aglia 2010, p.5).

Mas, tal como referido anteriormente, a existência de fatores de risco não explica a prática de atos infracionais, até porque o impacto que estes exercem depende da forma como são vivenciados. Fundamentando a necessidade crescente de estudos qualitativos, que além de escassos ainda são muito recentes, sendo nesta procura de compreensão do fenómeno sobre a perspectiva dos próprios autores e de contextualização dos comportamentos desviantes nas histórias e trajetórias de vida destes jovens, que surge este estudo, como tentativa de colmatar esta lacuna, tal como se detalha nos objetivos.

3. Objetivos e questões de investigação

O presente estudo pretende explorar a trajetória de vida dos jovens institucionalizados, identificar os temas e experiências centrais na sua história de vida, compreender o significado atribuído às suas experiências e de que forma estas podem constranger o modo como se percebem a si próprios e como se projetam no futuro. Além disto, pretende-se explorar se, do seu relato, emergem situações de vida ou condições estruturais que tivessem potenciado ou que potenciem constrangimentos ao seu percurso de vida. Mais detalhadamente, a análise será orientada pelas seguintes questões:

- (i) Quais são os temas e experiências centrais que surgem na sua história de vida?
Como são significados esses temas e/ou experiências?

- (ii) A delinquência ou os comportamentos antissociais é um tema que surge na sua história de vida? Se sim, que tipos de comportamentos delinquentes são relatados? De que forma? Como os significam?
- (iii) Que experiências ou situações são consideradas, implícita ou explicitamente, na forma como se percebem a si próprios e ao seu percurso de vida (passado, presente e futuro)?

4. Método

4.1. Participantes e estratégia de amostragem

O estudo incluiu 9 participantes do sexo masculino selecionados de acordo com os seguintes critérios de inclusão:

- Jovens institucionalizados, sob regime fechado;
- Jovens que praticaram crimes contra as pessoas e/ou crimes contra a propriedade;
- Que possuam capacidades cognitivas básicas, no sentido de poderem compreender as questões e elaborar uma resposta;
- Que não tenham sido alvo de intervenção psicoterapêutica;
- Sem sintomas ativos de consumo de substâncias.

4.2. Tabela 1

Características dos participantes

	Histórico de institucionalização na infância	Idade	Raça	Regime disciplinar	Regime internamento	Relação familiar	Sexo	Tipologia de crime
J1	S/ registo	16-17	Caucasiana	Com	Fechado	C/ contacto	M	Ambos
J2	C/ registo	18/+	Caucasiana	Com	Fechado	S/ contacto	M	Ambos
J3	S/ registo	18/+	Caucasiana	Sem	Fechado	C/ contacto	M	Propriedade

J4	C/ registo	16-17	Negra	Com	Fechado	S/ contacto	M	Ambos
J5	C/ registo	16-17	Negra	Sem	Fechado	C/ contacto	M	Propriedade
J6	C/ registo	18/+	Caucasiana	Com	Fechado	C/ contacto	M	Ambos
J7	C/ registo	18/+	Caucasiana	Com	Fechado	C/ contacto	M	Ambos
J8	S/ registo	18/+	Caucasiana	Sem	Fechado	C/ contacto	M	Propriedade
J9	S/ registo	16-17	Caucasiana	Com	Fechado	C/ contacto	M	Ambos

As idades dos participantes situam-se entre os 16 e os 18 anos ($M=18$), sendo 7 de raça caucasiana e 2 de raça negra. Dos 9 participantes, 5 possuem histórico de institucionalização na infância e 6 encontram-se sob regime disciplinar, tendo cometido crimes quer contra as pessoas, quer contra a propriedade, enquanto os restantes não se encontram em regime disciplinar tendo cometido “apenas” crimes contra a propriedade. A maioria dos participantes mantém contacto com a família, há exceção de um jovem de raça caucasiana e um jovem de raça negra.

Ao longo do processo da recolha de dados utilizou-se a amostragem teórica, seguindo o método comparativo constante (Gordon-Finlayson, 2010) - procedimentos associados à colocação sistemática de questões e à análise indutiva. Assim, apesar da definição *a priori* inicial, a recolha de dados foi orientada pelos temas, ideias e conceitos emergentes relevantes para o estudo, que foram comparados, introduzindo-se novos casos de comparação até se atingir a saturação teórica (Flick, 2002; Gordon-Finlayson, 2010). Os casos de comparação foram selecionados em função da sua relevância teórica para o fenómeno em estudo, especificamente o tipo de crime (pessoas vs. propriedade) e estarem em regime fechado. É de referir que se procurou incluir como parâmetro comparativo jovens com “antecedentes” ou percurso desajustado (e.g.: outras medidas tutelares) vs. sem “antecedentes” com percursos “ajustados”, verificando-se que todos os jovens institucionalizados tinham um historial de medidas tutelares educativas (CPCJ).

4.3. Instrumentos

Utilizou-se a *Entrevista sobre a História de Vida para Jovens* (Paiva & Conde, 2014) adaptada do guião da entrevista de McAdams (2008). A entrevista foi administrada individualmente, tendo-se pedindo a cada participante que relatasse a história da sua vida, abrangendo todos os tópicos do guião (resumo das principais fases da vida, acontecimentos marcantes, desafios, planos para o futuro, valores e crenças pessoais).

4.4. Procedimentos

Para aceder aos participantes recorreu-se ao pedido de autorização para recolha de dados no Centro Educativo à DGRSP. Após esta autorização, foi obtido o consentimento informado dos jovens e/ou dos seus representantes legais, garantindo-se o anonimato dos participantes bem como a ocultação/alteração de qualquer relato que possa ser passível de identificação dos participantes. As entrevistas foram realizadas nas instalações do Centro Educativo, com uma duração média entre os 45 e os 120 minutos. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra, de modo a salvaguardar-se a integridade dos relatos para posterior análise.

4.5. Metodologia de Análise

Utilizou-se a metodologia da análise temática, sob uma perspetiva construcionista social. A análise temática foi seguida tal como indicada por Braun e Clarke (2006), adotando-se o procedimento de codificação indutiva em que os temas identificados estão fortemente ligados aos dados, não se procurando ajustar a um quadro de codificação pré-existente - data-driven. Recorremos ao *software Nvivo10* para o processo de organização, codificação e interpretação dos dados.

Para a validação dos resultados, recorreu-se a um co-codificador na análise do material recolhido.

5. Resultados

Com vista a um maior entendimento do estudo em causa, a apresentação dos resultados seguirá a ordem das questões orientadoras supracitadas. É de salientar que todos

os temas e subtemas apresentados de seguida são resultado das referências feitas por mais do que um participante, sendo que os subtemas (fugas, estigmatização, castigos/perdas materiais, tráfico de drogas e condução perigosa/ilegal) referenciados apenas por um participante não constarão da descrição.

- (i) Quais são os temas e experiências centrais que surgem na sua história de vida?
Como são significados esses temas e/ou experiências?

Ao longo das entrevistas, emergiram 5 temas centrais do discurso dos participantes: em primeiro lugar a **família**, em segundo lugar o **grupo de pares e os relacionamentos**, seguindo-se os **comportamentos delinquentes**, o **percurso escolar** e a **institucionalização**. Seguidamente, procedemos à descrição detalhada de cada um dos temas, desde o tema mais abordado até ao tema menos abordado, constando entre parênteses o número de fontes e referências a esse mesmo tema.

5.1. Tabela 2

Principais temas relatados pelos participantes

Temas	Número de Participantes	Referências
Família	8	69
Grupo de Pares_Relacionamentos	7	58
Comportamentos Delinquentes	7	47
Percurso Escolar	4	29
Institucionalização	8	26

Família

Tendo em conta a Tabela 1, é possível verificar que 8 dos 9 participantes integra no seu discurso a **família** em sentidos completamente opostos, mas alvo da mesma

atenção, as vivências positivas (7;36) e as vivências negativas (7;35). Relativamente às vivências positivas estas dizem respeito ao suporte familiar (3;6) e às relações positivas (7;30) que tinham/têm sobretudo com a figura maternal e as fratrias (J1: “*a coisa mais importante para mim é a família*”); (J3: “*Outro ponto alto, não foi bem um ponto alto, mas foi quando tive noção do quanto gostava do meu irmão*”).

Enquanto as vivências negativas integram os maus tratos sofridos (3;8), divórcio/desintegração familiar (6;11) e perda/abandono familiar (7;17), destacando-se as duas últimas, que revelam o impacto da desestruturação familiar na vida destes jovens (J1: “*foi a separação dos meus pais, tinha 7 ou 8 anos (...) mexeu comigo, era um miúdo irritado, revoltado depois de se terem separado*”); (J2: “*meu pai, ele nunca estava ao pé de mim*”); (J4: “*Depois a minha mãe ausentou-se, comecei a fazer asneiras e fui para uma instituição da segurança social*”).

Grupo de pares/Relacionamentos

No que concerne ao **grupo de pares/relacionamentos**, 7 dos 9 participantes referem os amigos e a importância destas relações, tal como aconteceu com a família, o que demonstra que são as relações/laços que exercem mais impacto na vida destes jovens, quer no sentido positivo, quer no sentido negativo. No relacionamento com os pares, os participantes evidenciam o convívio/relações positivas (7;32) (J7: “*Sei lá, a convivência com os meus amigos, que hoje ainda são meus amigos. Sei lá, fazíamos tudo juntos*”); (J4: “*quando eu brincava com os meus colegas a fazer cabanas, tinha 9/10 anos. Ainda me lembro deles (...) nessa altura sentia alegria*”), seguindo-se das relações amorosas (5;26), negativas (2;3) mas sobretudo as positivas (5;23) que despertaram sentimentos especiais (J3: “*Gostei dela, da maneira dela ser, de estar, sempre bem-disposta, andar de skate. Era diferente*”), (J7: “*O que é que mudou em mim? Então, sei lá, mudou quase tudo (...) foi bom tê-la conhecido*”).

Comportamentos delinquentes

Os **comportamentos delinquentes** surgem como o terceiro tema emergente em 7 dos 9 participantes, na maioria para relatar as consequências negativas (5;21) ao nível dos sentimentos de culpa/remorsos (4;5), dos danos corporais/agressões sofridas (3;10) e o

envolvimento das autoridades/privação da liberdade (3;6); As causas (3;4) associadas à prática de comportamentos delinquentes somente através da desresponsabilização (3;4); As experiências com os pares (7;21) quanto ao consumo de substâncias (4;9) e os crimes (5;17) praticados contra a propriedade (4;13) e contra as pessoas (3;3).

Quanto às consequências negativas os participantes destacam sentimentos de culpa/remorsos (4;5), assim como os danos corporais/agressões sofridas (3;10) (J2: “*Agora sinto remorsos, ele também não é rico, não se deve roubar ninguém, mas muito menos uma pessoa pobre que passa dificuldades*”), (J7: “*fiz um...umas costelas fraturadas*”).

Em relação às experiências com os pares estas estão maioritariamente associadas ao consumo de substâncias (4;9) (J2: “*Ia com um amigo e 4 amigas para casa de outro amigo meu, íamos fumar ganza, fazíamos o marroquino, era sempre a rodar por nós (...) depois saíamos, e aí já era diferente, bebíamos shots, absinto, bebidas mesmo fortes*”), (J8: “*comecei a consumir haxixe*”).

No que concerne aos crimes, 4 dos 9 participantes admitiram a prática de crimes contra a propriedade (J2: “*Uma vez fui passar férias com ele a França, depois quis-me vir embora e ele revistou-me a mim e ás minhas malas, eu não gostei disso, então depois roubei-lhe o ouro e vi-me embora*”), (J9: “*Foi numa manhã, tinha roubado uma mochila cheia de telemóveis a uma equipa de futebol*”) e 3 dos participantes crimes contra as pessoas (J2: “*Foi quando roubei o meu pai e quando bati na minha mãe*”), (J4: “*Andávamos por aí na rua, encontramos um rapaz, abordamo-lo e correu mal, dei-lhe 4 facadas, foi a coisa mais grave que fiz na vida*”).

Por último, as causas apontadas por 3 participantes centram-se apenas na desresponsabilização, isto é, na atribuição da responsabilidade a terceiros e/ou fatores externos (J9: “*Podem pensar que foi má, mas quem soube o que se passou, ó, toda a gente me diz que foi um azar que eu ‘tive*”), (J8: “*Mas foi uma fase má da minha vida, a minha mãe também ‘teve doente e assim, depois, sim, comecei a vender droga e vim p’raqui*”).

Percurso Escolar

O **percurso escolar** é outro dos temas abordado por 4 participantes para mencionar absentismo escolar/mau comportamento (4;22) versus percurso académico adaptativo (4;7). O absentismo escolar/mau comportamento surge como consequência e/ou início dos comportamentos delinquentes (J1: “*Quando não gostava das aulas fazia*

palhaçadas”), (J7: “*Sei lá, o que é que eu fazia...então faltava à escola e ia cometer crimes*”). Já o percurso académico adaptativo, tal como o nome indica, diz respeito a um processo de integração e aprendizagem normativo/sem questões de maior (J8: “*Depois entrei para o 1º ano, fiz a escola primária, correu bem*”).

Institucionalização

E por último, mas não menos importante, a **institucionalização** que igualmente se constitui como tema central para 8 dos participantes, especificamente ao nível da revolta/processo difícil (4;7), da mudança positiva (4;6), das transferências constantes (4;6) e do motivo da institucionalização (3;5).

Relativamente à revolta/processo difícil, os jovens verbalizam a dificuldade na aceitação e permanência na instituição de acolhimento (J9: “*Ó, como é que eu lidei, é difícil, mas ainda agora fogo...é difícil lidar com isto, ficar trancado cá dentro, sem ir à rua*”), (J3: “*Senti raiva, senti que queria estar com a minha mãe o mais que tudo*”).

No que toca às transferências constantes, os jovens reportam a instabilidade que resulta das trocas frequentes de instituição (J2: “*estava sempre a trocar de lugar, onde vivia, não sabia bem onde estava, estava numa instituição depois ia para outra*”), (J4: “*comecei a fazer asneiras e fui para uma instituição da segurança social, uma instituição temporária, depois fui para outra instituição, e como me estava a portar mal nessa fui para outra em Castelo Branco, depois vim parar aqui*”).

No entanto, os participantes reconhecem o papel da institucionalização na sua mudança como sendo uma oportunidade para recomeçar e amadurecer (J8: “*Um recomeço, porque eu, sei lá, isto não...eu não levo isto como algo mau que me aconteceu (...) mas agora...não vou dizer “ai isto é melhor do que ‘tar em casa”, mas isto é bom p’ra mim, é outro modo de vida aqui*”), (J2: “*o ponto alto agora é ter crescido, ter maturidade. Aconteceu quando entrei no centro*”).

Por fim, importa salientar que o motivo da institucionalização maioritariamente apontado pelos participantes está associado com a perda/abandono e/ou maus-tratos perpetrados pela família (J4: “*a minha mãe ausentou-se, comecei a fazer asneiras e fui para uma instituição da segurança social, uma instituição temporária, depois fui para outra instituição, e como me estava a portar mal nessa fui para outra em Castelo Branco,*

depois vim parar aqui”), (J2: “*Estava sempre a trocar de instituição devido a agressões na minha casa e depois em casa dos meus avós*”).

- (ii) A delinquência ou os comportamentos antissociais é um tema que surge na sua história de vida? Se sim, que tipos de comportamentos delinquentes são relatados? De que forma? Como os significam?

Tal como já fora descrito, os comportamentos antissociais/delinquentes são, de facto, um dos temas predominantes no discurso dos participantes. Esses comportamentos traduzem-se, na maior parte dos casos, nas experiências partilhadas com os pares (7:21), nomeadamente o consumo de substâncias associados à integração no grupo e/ou descontração/desinibição (J7: “*comecei a entrar num mau ambiente, comecei a consumir haxixe*”), (J2: “*sentia muita adrenalina, ria-me muito, sentia-me descontraído*”) e na prática de crimes contra a propriedade, especificamente furtos (J4: “*quando tinha 12 anos, eu e uns amigos roubámos um mp3 no continente*”), (J7: “*Os mais velhos do meu bairro roubavam os carros e depois eu ia lá e roubava os carros*”). Enquanto os crimes contra as pessoas são descritos como tendo sido praticados quer em grupo, quer individualmente, principalmente ao nível das ofensas à integridade física/agressões (J4: “*Andávamos por aí na rua, encontramos um rapaz, abordamo-lo e correu mal, dei-lhe 4 facadas*”), (J2: “*O outro momento baixo foi quando bati na minha mãe*”).

Embora se assista a um maior número de referências (3;10) ao nível dos danos corporais/agressões sofridas decorrentes destes comportamentos, verifica-se que 4 dos 5 participantes relatam estes comportamentos associando-os aos sentimentos de culpa/remorsos resultantes (J4: “*Nessa altura não sabia o que fazer, não pensava que eu tinha ferido o rapaz, só quando a policia nos apanhou e nos disse que o rapaz estava no hospital é que eu percebi a gravidade da situação*”), (J9: “*o segurança ‘tava-me a agarrar e de repente, caiu no chão...fogo, foi mesmo...nos primeiros meses que ‘tive aqui senti muitos remorsos sobre isso, dormia mal e tudo fogo, pensava muito nisso*”).

- (iii) Que experiências ou situações são consideradas, implícita ou explicitamente, na forma como se percebem a si próprios e ao seu percurso de vida (passado, presente e futuro)?

Os participantes verbalizam diversas situações/experiências onde é patente o impacto que estas exerceram/exercem na perceção que têm de si e do seu percurso de vida. Isto verifica-se quando os participantes revelam e destacam os seus aspectos identitários (8;90) negativos (7;55) e positivos (7;34), ou seja, quando fazem uma autoanálise e se definem em função daquilo que viveram/experienciaram.

Embora 7 dos participantes consigam mencionar quer características positivas quer características negativas, assiste-se a um número superior de referências negativas. Dentro destas últimas, fazem parte a impulsividade/rebeldia/inconsequência (6;20), o arrependimento/fracassos/culpa (5;16) e a revolta e impacto dos maus-tratos (3;17).

Ao nível da impulsividade/rebeldia e inconsequência, os participantes expõem a imaturidade (J7: “*Eu não pensava nas consequências*”), (J4: “*Da minha maneira de ser este momento diz-me que eu às vezes ajo sem pensar*”). Por outro lado, 5 dos participantes reportam os sentimentos de arrependimento/fracasso/culpa em alguns aspetos, mas sobretudo fracasso ao nível das relações familiares e/ou amorosas (J3: “*Desiludir a minha mãe*”), (J2: “*Considero isto um fracasso porque sei que ela era uma miúda diferente, diferente das outras, não encontro miúdas iguais a ela, podia ter lutado por ela*”). Enquanto, 3 dos participantes relatam a revolta associada aos maus-tratos sofridos pela família (J1: “*Se não tivesse este momento na minha vida, a minha vida seria diferente e melhor, sem esta fase se calhar não estava aqui, porque eu estava muito revoltado*”), (J2: “*raiva, porque ela levantou-me a mão como fazia antigamente, senti revolta, estava muito revoltado*”).

No que concerne às características positivas, 7 dos 9 participantes destacam o crescimento/maturidade/mudança positiva (7;17), enquanto 4 referem as capacidades pessoais/resiliência (4;9) e 2 participantes mencionam a autoeficácia e prazer nas atividades de lazer/*hobbies* (2;10). O crescimento/maturidade/mudança positiva é reportado pelos participantes como resultado da institucionalização, apesar das dificuldades (J2: “*o ponto alto agora é ter crescido, ter maturidade. Aconteceu quando entrei no centro*”), (J1: “*Mudou um bocado a minha forma de ser*”). Além disso, emerge do discurso dos participantes as capacidades pessoais/resiliência (J2: “*sou sentimental*”), (J3: “*Que me adapto bem*”).

Por fim, os participantes relatam o prazer nas atividades de lazer/*hobbies* que contribuem para o aumento da sua autoestima e integração no grupo de pares (J3: “*Eu*

gosto de ir muito a festas (...) gosto de sair à noite, gosto de ir a festas”), (J3: “se não andasse de skate não tinha conhecido os meus colegas”).

Além das características pessoais, os jovens também assumem a influência dos seus valores (9;62) e da forma como estes se alteraram desde a infância até aos dias de hoje, tendo em conta a sua trajetória. Embora os participantes refiram valores políticos assumindo o desconhecimento acerca desta temática, verbalizando apenas as preocupações que são comuns à sociedade (8;14) (J8: “*Tenho...a crise, falta de emprego. O Governo é que não tá bem*”), (J6: “*como vai ser a vida daqui p’ra frente, p’ros meus filhos*”), os valores religiosos (7;12) através da verbalização da ausência de crença em Deus e da fé que possuem em si próprios ou nas pessoas (J4: “*dizem que deus existe só que nunca me deram provas*”), (J2: “*Eu tenho fé, tenho esperanças que consigo alcançar os meus objetivos*”), e valores pessoais (6;8) como a liberdade, o respeito, a justiça, ... (J2: “*Nós sem liberdade não somos ninguém*”), (J3: “*Defender os princípios como educação, respeito*”). Destacando-se notoriamente, por todos os participantes, a valorização da família e amigos (9;28) (J5: “*eu valorizo a família*”), (J9: “*em primeiro lugar meto os meus amigos e a minha família*”).

Tal como relatado, a família surge como o tema primordial no discurso dos participantes, seguindo-se o grupo de pares. Isto verifica-se mais uma vez, quando todos os participantes referem o valor e o apreço que têm pela família e amigos, acima de todas as coisas (J7: “*Minha família, porque são as pessoas mais importantes p’ra mim. A seguir, os meus amigos*”), (J8: “*O que é que eu mais defendo? A minha família*”) e o quanto valorizam a união familiar mesmo após experiências negativas/adversas (e.g.; separação/divórcio) (J1: “*Com este momento acho que aprendi muitas coisas, se eu tiver um filho não me vou separar da minha mulher, aprendi a valorizar a união da família*”), (J5: “*O nome do primeiro capítulo seria dor, porque estava praticamente longe da minha família*”).

Também ao nível da projeção no futuro os participantes consideram sobretudo a família e os comportamentos delinquentes (na tentativa de recuperar o tempo e a “vida” perdida), quando expressam a vontade de ter uma profissão/arranjar trabalho (9;20) (J1: “*Sonho ser futebolista e vou trabalhar para isso*”), ou de terminar os estudos (6;11) (J3: “*Sair daqui, terminar os estudos, tirar o curso de hotelaria*”). No entanto, quer a intenção de arranjar trabalho quer a intenção de terminar os estudos está intimamente ligada com o desejo de ajudar/recompensar a família (7;10) pelos danos causados (J9: “*Vou ajudar a*

minha família, vou ajudar a minha mãe, os meus irmãos”) ou de formar família (J2: “*Ter uma mulher que gostasse mesmo de mim e construir uma família*”). Não obstante, 3 dos 9 participantes também consideraram explicitamente os comportamentos delinquentes quando relatam a intenção de sair do centro educativo e não reincidir (J3: “*Quero mais é sair daqui*”), (J9: “*É a minha saída, não ter mais envolvimento com o tribunal*”).

6. Discussão

Com este estudo, foi possível perceber que os discursos destes jovens estão focalizados na família e no grupo de pares (embora este último em menor escala).

Em relação à família, os participantes reportam os relacionamentos positivos que mantinham/mantêm, sobretudo, com a figura maternal e as fratrias, ao mesmo tempo que fazem alusão ao maus-tratos sofridos perpetrados pela família, através da violência física, mas principalmente através do abandono/rejeição e/ou do divórcio/desestruturação familiar. Notando-se, particularmente, o impacto negativo destas últimas nos relatos cercados por sentimentos de revolta (pelo facto de ser a família a perpetrar os maus-tratos, quando deveria ser uma entidade de proteção) e de culpa e arrependimento, não só pelos consequentes danos dos comportamentos delinquentes, mas também pela ideia de “desiludir” e “fracassar” para com a família. Acabando por ser perceptível a emergência de crenças de desvalorização de si próprios e desmerecimento de amor e afeto por parte da família.

Tal como nos diz Wathier & Dell’Aglio (2007) através do reconhecimento do impacto resultante de experiências adversas/stressantes (e.g.; separação dos pais, família numerosa, história de criminalidade na família) para o desenvolvimento de depressão nos jovens. Também Harris & Molock (2000), Ceconello (2003), Kumpfer (2002) e Silva & Rossetti-Ferreira (2002) nos falam da família, ao nível da coesão e do suporte familiar, assim como na qualidade dos relacionamentos pais-filhos, supervisão parental, entre outros, e na forma como estes fatores se refletem, de forma positiva no aumento da autoestima, do autoconceito, da confiança e no surgimento da resiliência nos jovens, e de forma negativa, no aumento de sintomatologia depressiva e insucessos vários (citados por Estevam, 2011).

Também ao nível dos crimes, o discurso dos jovens tem presente a família, através da auto-desresponsabilização e direcionando a culpa/responsabilidade à mesma

através de verbalizações do género “a minha mãe ausentou-se e comecei a fazer asneiras” e “a minha mãe também ‘teve doente e assim, depois sim, comecei a vender droga”.

A família, uma vez mais, emerge quando os participantes falam sobre a institucionalização, não só pelo facto de serem afastados desta devido à institucionalização, mas também por que em alguns casos o motivo de institucionalização está associado ao abandono ou a maus-tratos sofridos no seio familiar. Duarte (2012, p.6) através do estudo realizado com jovens institucionalizadas, mostra-nos que algumas das jovens significavam a trajetória delinvente como forma de gerir “sentimentos negativos, angústias e lutos mal resolvidos” decorrentes das vivências de “maus-tratos, abandonos e institucionalizações”, observando-se, igualmente, a atribuição da responsabilização a influências externas (e.g.: drogas, parceiro, institucionalização).

Mesmo ao nível da projeção no futuro os jovens não se conseguem desagregar da família, pois embora revelem a intenção de “continuar os estudos” e “ter uma profissão”, essas intenções estão intimamente ligadas com o querer “ajudar a família” ou “formar família”.

Identicamente à família, o grupo de pares ocupa um lugar de relevo na vida e no discurso dos participantes, mesmo surgindo em segundo lugar. O grupo de pares é visto como um “local” seguro, de partilha, de memórias positivas, de partilha de carinho, apoio e amizade e sinónimo de alegria e felicidade. Mas onde, ao mesmo tempo, ocorre o consumo de substâncias como droga e álcool, e se praticam alguns dos atos infracionais que conduziram à institucionalização.

Além disso, o grupo de pares emerge das narrativas dos participantes quando estes se posicionam em relação ao absentismo, uma vez que, dos participantes que faltavam às aulas, faziam-no em conjunto com os seus amigos. Tal como acontece no estudo de Duarte (2012), onde as jovens admitiram faltar às aulas para estarem com os amigos e/ou namorado ou para estar em casa. Mas já em 1992, Patterson e colaboradores citados por Nardi & Dell’Aglio (2010, p.2) consideravam o “envolvimento com grupos que contribuem para o uso de drogas e a delinquência, como consequência de falhas académicas e de relacionamentos pobres com familiares”, além dos défices ao nível das competências sociais que “resultariam em uma existência delinvente, caracterizada por problemas como uso de drogas e institucionalização decorrente de crimes cometidos.

7. Conclusão

Da análise dos resultados, verifica-se que parece existir um discurso consensual na história de vida destes jovens. A maioria dos participantes falou-nos das mesmas questões em relação aos comportamentos delinquentes, ao percurso escolar, à institucionalização e à projeção no futuro, no entanto são as relações, quer com a família, quer com o grupo de pares, que assumem maior destaque.

A relação/identificação da família é ambivalente, uma vez que esta é significado de amor, união, proteção e segurança e ao mesmo tempo, significado de desproteção, de ausência de amor e afeto, de instabilidade, mágoa, abandono e ressentimento. Segundo Levisky (2002) a rejeição por parte da sociedade, mas sobretudo por parte dos pais e da família, exerce impacto ao nível da construção “de uma identidade positiva, diminuindo o seu autoconceito e aumentando sua autoestima negativa” e Sternberg e colaboradores (sem data) através de um estudo longitudinal, verificaram que “crianças que sofreram algum tipo de violência intrafamiliar apresentaram mais problemas de comportamento ou sintomas depressivos na adolescência” (citados por Estevam, 2011 e Wathier & Dell’Aglia, 2007, p.2). Porém, apesar de se assistir esta ambivalência, a família assume a mesma importância/valorização e é alvo da mesma atenção por grande parte dos participantes quando estes fazem uma retrospectiva da sua vida e se posicionam em relação ao futuro.

Já o grupo de pares exerce um papel crucial na vida destes jovens, mas de uma forma mais ligeira, uma vez que não integram experiências de abandono, maus-tratos ou sentimentos de rejeição como acontece com a família da maioria dos participantes. O grupo de pares surge essencialmente como sinónimo de partilha, de compreensão, de companheirismo, de troca de experiências, enfim uma entidade igualitária, independentemente de ser neste contexto que ocorre o consumo de substâncias e alguns dos comportamentos delinquentes. Para (Garbarino, 1999) a “existência de relacionamentos emocionais positivos é vista como primeiro fator de promoção da resiliência” (citado por Costa & Assis 2006, p.5).

No que toca aos comportamentos delinquentes, foi possível verificar que não existe diferenças significativas ao nível da prática dos dois tipos de crime, tendo os participantes cometido crimes tanto contra a propriedade, como contra as pessoas. Mais ainda, estes foram praticados quer em grupo, quer individualmente, tendo todos os participantes descartado a culpa/responsabilização pelos atos infracionais, atribuindo a

mesma apenas a fatores externos (e.g.: sorte vs. azar), não deixando, contrariamente, de verbalizar sentimentos de culpa e remorsos. Para Laranjeira (2007, p.223) as “infrações podem surgir como estratégias de organizar a desordem interior” e frequentemente, advir da necessidade de se afirmar e de alcançar autonomia que “conduz o adolescente ao limite, que tantas vezes leva à transgressão sem expressão patológica.” Considerando que “é a partir das narrativas que constroem as suas experiências, apercebemo-nos como os motivos da transgressão são diversificados e como as jovens se (re) posicionam face a eles” Duarte (2012), estando associados à procura da aventura, do risco e da adrenalina; como resultado da hétero-determinação (causas externas), mas sobretudo como forma de gestão de emoções e sentimentos negativos relacionados com os maus-tratos, abandonos e institucionalizações, tal como se verifica no presente estudo.

Relativamente ao percurso escolar, este é, para metade dos participantes, sinónimo de absentismo que muitas vezes conduz a práticas de atos infracionais. O mesmo se verifica no estudo de Duarte (2012, p.4), onde a escola surgiu como descartável no seu plano de vida, sendo “vivida do lado de fora”. Na cidade de Barranquilha, segundo Ortega, Lara & Arzuza (2015, p.46) 46% da população menor “raras vezes realizam atividades de aproveitamento do tempo livre”, adicionando o absentismo, os jovens acabam por usufruir de mais horas livre para se envolverem em comportamentos delinquentes. Estevam (2011, p.166), chama a atenção para este facto “considerando a escola um fator protetor e de desenvolvimento de competências, a baixa escolaridade dos adolescentes delinquentes indica que estes são privados de uma série de experiências positivas que a vida escolar lhes poderia fornecer.”

Também os discursos relacionados com a institucionalização são consensuais entre os participantes. Destes emergem as referências aos sentimentos de revolta por serem retirados da sua família, da sua casa e do seu ambiente, assim como os sentimentos de tristeza e ressentimento pelo motivo da institucionalização (maioritariamente associado com a perda/abandono e/ou maus-tratos perpetrados pela família), mas também da instabilidade recorrente das transferências constantes, dificultando o processo de integração e promovendo a confusão e a desorientação. Neste sentido, Xaud (1999), Brasil (2002) e Oliveira (2003) ressaltam o direito dos adolescentes de serem “alvos de políticas de proteção que assegurem o desenvolvimento saudável” (citados por Costa & Assis, 2006, p.75).

Em relação à projeção no futuro, esta apresenta-se como otimista para todos os participantes, sendo comum verbalizações relacionadas com intenções de concluir os estudos, ter uma profissão, ajudar/formar família e não reincidir. Tal como no estudo de Estevam (2011, p.173), onde os participantes indicaram “sair de onde se encontram, ter liberdade, estudar, trabalhar, mudar de vida, ter uma profissão, formação de família” quando questionados sobre o seu futuro. O projeto de vida torna-se assim essencial, na medida em que, para Ayres (2004) “é, pois, o desejo, que se põe em movimento construindo a história” (citado por Costa e Assis, 2006, p.79).

Neste sentido, torna-se imperial o desenvolvimento/realização de estudos qualitativos, que busquem a “compreensão e o valor dos comportamentos, no que diz respeito à sua génese e aos seus fins” Laranjeira (2007, p.225), uma vez que, considerar a delinquência somente a partir dos fatores risco ou protetores “significa ignorar que eles só possuem algum poder de influência porque estão inseridos em uma Rede de Significações coletiva que dá suporte e sustentação para essa influência” (Silva & Rossetti-Ferreira, 2002, p.580).

Através da identificação das experiências e dos significados atribuídos, o trabalho desenvolvido com os mesmos será facilitado, quer ao nível da (re) significação positiva/alternativa, quer ao nível da exploração e utilização do potencial de cada um, colocando de parte assunções estigmatizantes como “jovem delincente” que descartam a possibilidade de existência como jovem “comum” ou não delincente, dotado das mesmas oportunidades que os de mais. Para Moffit (1993) “um registo criminal precoce ou simplesmente uma “má” reputação podem limitar as oportunidades de sucesso na idade adulta e patrocinar a continuidade de comportamentos antissociais” (citado por Braga & Gonçalves, 2013, p.109). Por fim, há a destacar que o relato dos jovens indica pontos de intervenção a considerar na sua reintegração social, nomeadamente o foco no planeamento e prossecução de um projeto de vida (a nível escolar e profissional), bem como o investimento em relações positivas e adequadas com a família e pares significativos não desviantes.

8. Referências bibliográficas

- Braga, T., & Gonçalves, R. J. A. (2013). Delinquência juvenil: Da caracterização à intervenção. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 4 (1), 95-116.
- Braun, V. & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3, 77-101. doi: 10.1191/1478088706qp063oa
- Burfeind, J.W., & Bartusch, D.J. (2011). *Juvenile delinquency: An integrated approach*. Sudbury, MA: Jones and Bartlett.
- Carvalho, M. J. L., & Duarte, V. M. (2013). Crianças, Jovens e a Cidade: riscos, violências e delinquências em Portugal. *Latitudes*, 7 (2), 133-166.
- Coelho, C. C. F. (2008). Atitudes de guardas prisionais relativamente a contactos sexuais entre reclusos e à sua prevenção. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho.
- Collado, E. N. & García, J.J.M (2011, Julho 7). Teorías explicativas y modelos preventivos de la conducta antisocial en adolescentes. *Adolescencia antisocial* Consultado a 12 de dezembro, 2015. Disponível em: <http://adolescenciaantisocial.blogspot.pt/2011/07/teorias-explicativas-y-modelos.html>.
- Costa, C.R.B.S.F. & Assis, S. G. (2006). Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. *Psicologia & Sociedade*, 18 (3), 74-81.
- Duarte, V. (2012). Contextos, discursos e percursos na delinquência juvenil feminina. *Configurações. Revista de sociologia*, (9), 121-133. doi: 10.4000/configuracoes.1148
- Estevam, I. D. (2011). Adolescente em conflito com a lei, resiliência, valores humanos e suporte familiar: um estudo das representações sociais. Dissertação de Doutoramento. Universidade Federal do Paraíba/Universidade Federal do Rio Grande do Norte, João Pessoa.
- Ferro, A. L. A. (2008). Sutherland, a teoria da associação diferencial e o crime de colarinho branco. *DE JURE: revista jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais*, (s.n) 144-167.
- Gomes, H. M. D. S. (2013). A desviância juvenil em família: O autocontrolo como mediador da relação entre o funcionamento familiar e o comportamento desviante dos adolescentes. Dissertação de Mestrado. ISPA-Instituto Universitário.
- Guadalupe, T. C. (2012). Violência nas escolas: testando teorias de controle social. *Tempo da Ciência*, 19 (37), 79-106.

- Guimarães, J. V. D. C. (2012). Autoconceito, autoestima e comportamentos desviantes em adolescentes. Dissertação de Mestrado. ISPA-Instituto Universitário.
- Hockenberry, S., & Puzzanchera, C. (2015). Juvenile court statistics 2013.
- Laranjeira, C. A. (2007). A análise psicossocial do jovem delincente: uma revisão da literatura. *Psicologia em estudo*, 12 (2), 221-227.
- Liberati, W. D. (2008). Teoria da subcultura delincente: como surgem os gangues juvenis. *Revista de Ciências Jurídicas*, 6 (1), 271-307.
- Moffitt, T. E. (1993). Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behavior: a developmental taxonomy. *Psychological review*, 100 (4), 674-701.
- Nardi, F. L., & Dell’aglio, D. D. (2010). Delinquência juvenil: uma revisão teórica. *Acta Colombiana de Psicología*, 13 (2), 69-77.
- Oliven, R. G. (2009). Metabolismo social da cidade e outros ensaios. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Ortega, D. L., Lara, Z. A., & Arzuza, M. T. (2015). Líneas de acción para prevenir y controlar la delincuencia juvenil en comunidades vulnerables de Barranquilla-Colombia y su área metropolitana. *Justicia juris*, 11 (1), 40-51.
- RASI (2014). Relatório Anual de Segurança Interna 2014.
- Silva, A. P. S. D., & Rossetti-Ferreira, C. (2002). Continuidade/descontinuidade no envolvimento com o crime: Uma discussão crítica da literatura na psicologia do desenvolvimento. *Psicologia: Reflexão e crítica*, 15 (3), 573-585.
- Silva., C. M. B. D. (2012). Bullying: vitimação e agressão – Estudo de caso numa Escola Profissional. Dissertação de Licenciatura. Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Vieira, S. M. N. (2014). Representações sociais sobre a delinquência juvenil: estudo comparativo entre duas amostras de estudantes pós-graduados. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa-Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.
- Wathier, J. L., & Dell'Aglio, D. D. (2007). Sintomas depressivos e eventos estressores em crianças e adolescentes no contexto de institucionalização. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 29 (3), 305-314.

1

¹ Bibliografia segundo normas APA, 6^{ed}.

9. ANEXOS

1. Entrevista sobre a História de Vida

Entrevista sobre a História de Vida

The Life Story Interview, Dan. P. McAdams (2008), The Foley Center for the Study of Lives,
adapt. por A.R Conde , Universidade Lussófona do Porto

Nota introdutória:

Esta é uma entrevista sobre a história da tua vida. Interessa-me ouvir a tua história: a tua história passada (como te lembras dela) e o teu futuro (como o imaginas ou como pensas como vai ser). Não tens que contar tudo o que te aconteceu. Eu vou-te fazendo perguntas sobre algumas coisas centrais: alguns acontecimentos/situações importantes, pessoas que te marcaram, marcos chave da tua história. Só tens que me falar sobre as coisas mais importantes que aconteceram na tua vida e como imaginas que será a tua vida no futuro.

Não há respostas certas ou erradas.

Não te preocupes, eu irei orientar-te durante a entrevista (para que se consiga terminar, mais ou menos, numa hora ou hora e meia).

O objetivo da entrevista não é descobrir o que está certo ou errado na tua vida ou contigo, nem fazer uma “sessão de terapia”. O objetivo é, simplesmente, ouvir a tua história. Estamos a ouvir as histórias de vida de jovens com diferentes percursos e formas de vida, entre as quais, as histórias de jovens que se encontram em medida de internamento em Centro Educativo, para tentar compreender como vivem, como pensam e como se sentem.

Tudo o que nos disseres será de forma voluntária e garantimos que tudo será anónimo.

Questões? Dúvidas?

Notas gerais ao entrevistador:

Sempre que considere importante o entrevistador pode pedir clarificações (“explique melhor”) ou pedir exemplos.

O entrevistador pode, também, adaptar a linguagem ao nível da compreensão do participante e, até, dar exemplos, para ajudar a clarificar o que se pretende nas questões.

Pode acontecer que, ao longo da entrevista, o participante repita os acontecimentos, episódios ou momentos. Sempre que tal acontecer, pedir que tente encontrar e descrever outro (que se aproxime ou seja similar).

A. Capítulos da Vida

Pensa na tua vida como se fosse a história para um livro – com capítulos ou dividida em partes, em que cada capítulo ou cada parte tem um título. Assim, queria que começassem por pensar quais seriam os principais capítulos e me fizesses um pequeno resumo de cada um deles: dá um título a cada capítulo e faz um pequeno resumo do que trata esse capítulo.

*[Notas ao entrevistador: Se o participante tiver dificuldade ou começar a relatar episódios, ou acontecimentos, muitos específicos, dizer que **isso será explorado mais à frente e que se quer apenas um resumo das partes principais da sua história de vida.***

*Assim, o entrevistador pode, em alternativa, **pedir que faça um resumo da infância (por exemplo, antes da escola primária e depois da escola primária), e por fim adolescência/juventude.** Na adolescência, se o participante identificar algum ponto ou acontecimento de referência (ex.: mudança de escola), perguntar **“faz-me um resumo de como foi a tua vida antes de (ex.: mudar de escola); agora, faz-me o resumo da tua vida depois de (ex.: mudar de escola) ”.***

O entrevistador tem liberdade para colocar questões de clarificação e elaboração ao longo da entrevista, especialmente nesta parte. Referir, sempre que necessário, que não tem de contar tudo, apenas fazer um resumo para termos uma ideia geral.]

B. Cenas chave na história de vida

Agora, que já tenho uma ideia geral da tua vida, peço-te algumas cenas chave. Uma cena chave é um acontecimento ou situação particular que aconteceu num determinado tempo e lugar. Pensa numa cena chave como um momento ou um acontecimento, na tua história de vida, que se destaca por um motivo especial – talvez porque foi um momento especialmente bom ou mau, que te marcou, que foi importante ou que nunca mais vais esquecer. Eu vou orientando: vamos falar de oito cenas chave e eu vou-te colocando as questões.

1. Ponto Alto

Vamos ver um ponto alto. Queria que me descrevesse uma cena, episódio ou momento que tivesse sido uma experiência muito positiva. Pode ser o melhor momento de toda a tua vida, ou, então, um momento muito feliz, agradável, emocionante na tua vida. Conta-me, com detalhes, esse momento:

- O que aconteceu? Quando? Onde? Quem estava presente? O que é que estavas a pensar? O que é que estava a sentir? Porque é que consideras esse momento tão bom (ou feliz)? E o que é que achas que essa cena ou momento nos diz sobre ti, a tua forma de ser?

2. Ponto mais Baixo

A segunda cena é o contrário da primeira. Pensando em toda a tua vida, pensa num ponto baixo ou, até, no ponto mais baixo da tua história de vida. Apesar de poder ser um momento desagradável, podemos falar sobre isso? Pedia-te que contasse o máximo de pormenores que te recordas.

- O que aconteceu? Quando e Onde? Quem estava presente? O que é que estavas a pensar? O que é que estava a sentir? Porque é que consideras esse momento tão mau (ou infeliz)? E o que é que achas que essa cena ou momento diz sobre ti, a tua forma de ser?

[Nota ao entrevistador: Se o participante hesitar em fazer isso, dizer que o acontecimento não tem de ser, necessariamente, o ponto mais baixo da história mas, apenas, uma experiência que foi negativa por algum motivo.]

3. Ponto de viragem

Ao olharmos para trás na nossa vida, às vezes vemos certos momentos-chave que se destacam como pontos de viragem: são aqueles episódios que marcaram uma mudança importante em nós ou na nossa história de vida.

Olhando para trás, agora, tenta contar-me um episódio da tua história que vês como sendo um ponto de viragem na tua vida. Se não conseguir identificar um ponto de viragem central, fala-me de um acontecimento em que ocorreu alguma mudança importante. Mais uma vez, conta-me:

- O que aconteceu? Quando? Onde? Quem estava presente? O que é que estavas a pensar? O que é que estavas a sentir? O que é que essa cena ou momento diz sobre ti, a tua forma de ser ou a tua vida?

4. Memória da infância positiva

A quarta cena é uma memória dos primeiros anos da tua vida (da tua infância) que te lembras por ser positiva ou muito boa. Deve ser uma memória muito positiva e feliz dos teus primeiros anos. Descreve-me essa boa memória com detalhe.

- O que aconteceu? Quando e Onde? Quem estava presente? O que é que estavas a pensar? O que é que estavas a sentir? O que é que essa memória diz sobre ti, a tua forma de ser ou a tua vida?

5. Memória da infância negativa

A quinta cena também é uma memória dos primeiros anos (da tua infância), que te lembras por ser negativa ou má. Deve ser uma memória muito negativa e infeliz dos teus primeiros anos. Podemos falar sobre isso? Descreve essa má memória com detalhe.

- O que aconteceu? Quando e Onde? Quem estava presente? O que é que estavas a pensar? O que é que estavas a sentir? O que é que essa memória diz sobre ti, a tua forma de ser ou a tua vida?

6. Memória da adolescência/juventude marcante

Agora vamos avançar alguns anos, até à tua adolescência/juventude. Tenta encontrar uma cena que tenha sido marcante ou importante para ti e que ainda não me tenhas falado (que não seja o ponto alto, o ponto baixo ou o ponto de viragem). Deve ser uma cena que te lembres especialmente, que tenha sido marcante ou importante, já na adolescência, pela positiva ou pela negativa. Mais uma vez, conta com detalhes.

- O que aconteceu? Quando e Onde? Quem estava presente? O que é que estavas a pensar? O que é que estavas a sentir? O que é que essa memória diz sobre ti, a tua forma de ser ou a tua vida?

7. Acontecimento “sábio”

Houve algum momento da tua vida em que achas que mostraste sabedoria ou esperteza? A situação pode ser um episódio em que aches que agiste de forma “sábia” ou “esperta”, em que deste algum conselho ou tomaste alguma decisão ou que agiste de forma “sábia”, sensata.

O que aconteceu? Onde e quando? Quem estava presente? O que estavas a pensar? O que estavas a sentir? O que é que essa situação diz sobre ti, a tua forma de ser ou a tua vida?

Agora, vamos falar sobre o futuro.

C. Guião Futuro

1. O capítulo seguinte

Na tua história de vida já me falaste dos capítulos e das cenas chave do passado. Mas disse-te que também íamos falar no futuro, o modo como imaginas ou pensas que vai ser o teu futuro. Assim, pedia-te que me descrevesse como achas que vai ser o próximo capítulo da tua história de vida.

2. Sonhos, esperanças e planos para o futuro

Agora pedia-te que me contasses os seus planos, os seus sonhos e esperanças para o futuro. O que esperas conseguir no futuro? E o que gostarias de conseguir no futuro?

3. Projeto de vida

Agora vamos falar sobre o projeto de vida. Um projeto de vida pode ser, por exemplo, algo em que estiveste muito envolvido e que planeias envolver-te nos capítulos futuros da tua história de vida (pode ser na vida familiar, profissional, atividades que gostes, etc.). Tens um projeto para a tua vida? Diz-me qual é o teu projeto, como te tens envolvido ou vais envolver nesse projeto, como é que esse projeto se pode desenvolver e porque é que esse projeto é importante para ti e/ou para as outras pessoas.

D. Desafios

Agora vamos falar dos vários desafios, lutas ou problemas que tiveste na tua vida. Vamos começar por falar em situações difíceis que, normalmente, a maioria das pessoas passam – como perdas, arrependimentos ou fracassos. E, depois, vamos falar em algum desafio, luta ou problema da vida em geral.

1. Perda

Agora vamos falar de perdas. Todos nós, à medida que os anos passam, vamos sofrendo algumas perdas – estou a referir-me a perder pessoas importantes na nossa vida, ou por morte, separações, etc. Olhando para toda a tua vida, qual foi a maior perda (de pessoas) que já sofreste? Conta-me, com mais detalhe, essa perda e como é que foi? Como tens lidado com essa perda? Que consequências é que essa perda teve em ti e na tua história de vida?

2. Fracasso, arrependimentos

Todos nós temos, na nossa vida, fracassos (coisas que queríamos ou tentámos conseguir e não conseguimos, em que falhámos) e arrependimentos. Isto acontece mesmo com aquelas pessoas que parecem que tudo lhes corre bem e que são felizes. Olhando para toda a tua vida, qual achas que foi o teu maior fracasso (situação ou em quês achas que mais falhaste) ou aquilo que mais te arrependes (esse fracasso ou arrependimento pode ser em qualquer área da vida – no trabalho, na escola, na família, nas amizades ou outra)?

Podemos falar sobre isso? Conta-me esse fracasso ou arrependimento. Porque é que isso se tornou, para ti, um fracasso ou arrependimento? Como é que tens lidado com esse fracasso ou arrependimento? Que consequências é que esse fracasso ou arrependimento teve em ti e na tua história de vida?

3. Desafio de vida

Olhando para toda a tua vida, tenta identificar e contar-me o que, agora, achas que foi o maior desafio que tiveste na tua vida. Qual é ou qual foi o desafio ou o problema? Como é que esse desafio (ou problema) se desenrolou/desenvolveu? Como é que resolveste ou lidaste com esse desafio ou problema? Que significado tem esse desafio (ou esse problema) na tua história?

|Alternativas: como é que vês esse problema/desafio na tua história de vida? O que é que pensas sobre esse problema/desafio?|

[Nota ao entrevistador: Se o participante referir que o desafio/problema não tem solução, perguntar porque é que acha que não tem solução e como se tem adaptado ou gerido a situação]

E. Ideologia Pessoal

Agora, gostava de saber mais sobre aquilo que acreditas e valorizas na vida, sobre as ideias e valores que mais defendes na tua vida, que achas que são essenciais.

1. Valores religiosos/ éticos

Pensa nos aspetos religiosos ou mais espirituais da tua vida. Fala-me sobre o que acreditas e que valores religiosos/espirituais defendes e, de facto, são importante para ti e na tua vida.

2. Valores políticos/sociais

Agora pensa nos aspetos políticos e sociais. Como encaras os temas políticos ou sociais? Tens algum ponto de vista ou posição política? Há problemas/situações sociais que te preocupam ou sentes intensamente? Explica-me melhor (ou dá alguns exemplos).

3. Desenvolvimento e mudança de pontos de vista religiosos e políticos.

Achas que os teus pontos de vista, valores, aquilo em que acreditas (ao nível moral, religioso ou político) foram mudando ao longo do tempo? Mudaram muito? Em quê (dá alguns exemplos).

4. Valor máximo

Qual é, para ti, o valor mais importante, ou que mais defendes, na vida? Porquê?

5. Outro

Há mais alguma coisa que me possas dizer para eu entender melhor aquilo que defendes e acreditas na vida?

F. Tema de vida

Olhando para toda a tua história de vida, para todos os capítulos, cenas e desafios que falaste (desde o passado até ao futuro), consegues ver um tema central, uma mensagem ou uma ideia que esteja presente ao longo da tua história? Qual é o tema principal na tua história de vida? Porquê (ou explica-me para eu poder entender melhor)?

G. Reflexão

Obrigado pela sua participação. Foi muito importante. Para terminar, tenho, apenas, mais uma pergunta. Muitas das coisas que me contaste são coisas importantes – por exemplo, falámos sobre o ponto alto, o ponto baixo, os desafios/problemas, os fracassos/arrepimentos, etc. Poucas vezes falamos na nossa vida desta forma.... Assim, queria que me contasses sobre o que é que esta entrevista foi para ti. O que é pensaste durante a entrevista? Como te sentiste durante a entrevista? De que forma esta entrevista te afetou? Há mais alguma coisa que me queiras dizer sobre a entrevista e da forma como correu?

[Nota ao entrevistador: Se o participante estiver muito ativada, deve-se dar algum tempo, perguntar o que vai fazer a seguir e, se tiver vontade de falar com alguém, quem será essa pessoa. SE necessário, dar referência de algum recurso.

O entrevistador deve ter lenços de papel e explicar que aquilo de que falaram, nomeadamente as perdas e eventuais episódios traumático, vão ficar mais “frescos” na memória e que, por isso, pode ter sonhos e intrusões (pensar nisso sem querer) nos dias seguintes.]